

## RESENHA

**O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**, por Paulo Nogueira Batista Jr. São Paulo: Editora LeYa, 2019. ISBN: 97889577346837.

Resenhista:

**Carlos Renato Ungaretti<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

O livro “O Brasil não cabe no Quintal de Ninguém”, lançado em 2019 pela Editora LeYa, de autoria do economista Paulo Nogueira Batista Jr., constitui um relevante relato sobre os bastidores de sua atuação no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Além de narrar as negociações no FMI, no G20 e no BRICS, o economista brasileiro descreve, de forma leve e irônica, suas disputas e enfrentamentos com representantes dos países ricos, sobretudo em Washington. O momento de seu lançamento também não poderia ser mais oportuno, dado o urgente imperativo de se debruçar sobre a questão nacional e de reafirmar, perante às agendas antinacionais e seus defensores, que o Brasil não cabe no quintal de ninguém.

Envolto de referências a Nelson Rodrigues e ao “proverbal complexo de vira-lata” brasileiro, Batista Jr. oferece uma obra que aborda relatos de suas experiências em Washington, Brasília e Xangai, ao mesmo tempo em que escreve, ora de forma técnica e ora de forma informal, sobre economia brasileira, cultura e política. O fio condutor de tudo isso, diz o autor, é o nacionalismo.

A experiência de um economista nacionalista no FMI é narrada logo no primeiro capítulo – “Reforma e Arquitetura Financeira Internacional - FMI e G20” –, em que foi possível ao autor descrever seu trabalho como diretor-executivo de uma instituição que ele próprio não poupava de críticas e reparos. Após uma inicial explanação a respeito da estrutura interna e das dinâmicas de funcionamento do Fundo, Paulo Nogueira Batista Jr. apresenta ao

---

<sup>1</sup> [renato.ungaretti94@gmail.com](mailto:renato.ungaretti94@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1599-2941>

leitor os bastidores das negociações envolvendo as alterações na redistribuição das quotas-parte, que modificaram a representação dos emergentes e proporcionaram ao Brasil a elevação de sua quota para 2,3% -- ante uma quota de 1,4% em 2007 --, levando o país à 10ª posição do ranking de quotistas da instituição.

Atuando como defensor da reforma da instituição, o então diretor-executivo da cadeira brasileira detalha interessantes e polêmicos embates, especialmente com representantes dos países europeus, super-representados no FMI, inclusive com Christine Lagarde, diretora-geral do Fundo durante parte de sua trajetória na instituição. Particularmente valiosos são os relatos sobre os profundos abalos resultantes da crise financeira de 2008 e o papel protagônico exercido pelo Brasil e por outros estados emergentes naquele contexto. Intrigantes, ainda neste capítulo, são os acontecimentos que envolvem a fase final do economista no FMI, marcada pela entrada de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda.

Cabe destacar que o papel ativo do Brasil era produto de uma política externa arrojada, que perseguia a “autonomia pela diversificação” (Vigevani; Cepaluni, 2007) por meio da conformação de grandes coalizões diplomáticas com os países do Sul global e com os emergentes, sobretudo. Em um contexto de uma diplomacia multidimensional, a formação de “alianças de geometria variável” (Silva, 2015) se amparava no compartilhamento de perspectivas convergentes acerca da ordem internacional, que apontavam para a necessidade de torná-la mais condizente com um mundo em transformação e com contornos cada vez mais “pós-ocidentais” (Stuenkel, 2018). É quase desnecessário mencionar que, nos últimos anos, presencia-se a completa desorientação da política externa brasileira, que dramaticamente contraria os princípios e os marcos norteadores de “acumulado histórico” brasileiro (Cervo, 2008) em termos de inserção internacional.

Na esteira desse papel protagônico adquirido pelos emergentes e da altiva representação e atuação dos quadros brasileiros no FMI e no G20, Paulo Nogueira Batista Jr., no segundo capítulo – “BRICS e Banco dos BRICS” –, descreve sua participação no processo de formação e desenvolvimento do BRICS, abrangendo acontecimentos que iniciam com negociações no FMI e no G20 e que, na Cúpula de Fortaleza (2014), culminam com a criação do NBD. Nesse capítulo, há esclarecimentos importantes sobre o “começo auspicioso” do Banco dos BRICS, por sua vez associado às expectativas em relação ao seu papel como parte de esforços voltados à multipolarização da arquitetura financeira internacional.

Esse começo auspicioso, recorda Batista Jr., acabou por não ter sequência durante sua passagem na instituição. Em virtude de razões variadas, “os primeiros do NBD foram, em resumo, uma decepção”. Essa decepção perpassou episódios, como a própria demissão de Paulo Nogueira Batista Jr., também relatado em seu livro. Para Esmeraldo (2020), o processo de demissão do representante brasileiro, além de revelar um típico caso de *law-fare*, expôs a escassez de democracia interna e a baixa autonomia administrativa da organização em relação aos governos.

Além disso, o NBD não logrou, até o momento, estabelecer uma definição clara de seu entendimento a respeito do que é “infraestrutura sustentável”, ao passo que seus desembolsos para financiamento de projetos é limitado e a prometida expansão dos membros se encontra atualmente estagnada. De toda forma, entende-se a importância do agrupamento e de seu potencial catalisador de transformações na governança global, devendo, para tanto, converter a recente “bilateralização” das relações intra-BRICS em esforços orientados para a erigir uma agenda comum que promova a construção de um ambiente internacional estável, pacífico e favorável ao desenvolvimento (Vazquez, 2020).

Já no terceiro capítulo – “Nação, nacionalismo e caráter nacional”—, o autor aborda diferentes temáticas vinculadas à questão nacional, tratando, por exemplo, das relações entre nacionalismo e desenvolvimento e entre nação e globalização. Singularmente relevantes são suas percepções a respeito de dilemas, desafios e obstáculos à superação do subdesenvolvimento e da articulação, dentro do espaço nacional, de esforços orientados à recuperação do atraso relativo em termos econômicos, tecnológicos e militares. Há, também, pequenos textos, os quais tocam em assuntos como Amazônia, “síndrome de degredado” e, claro, nacionalismo

Dando sequência às reflexões sobre a questão nacional, o quarto capítulo – “Economia Política Brasileira” – “revisita alguns aspectos polêmicos da economia política e da política econômica brasileiras”. A ideia, diz o autor, é “oferecer uma visão de conjunto de requisitos de uma política econômica nacionalista”. A partir desse propósito, Batista Jr. desnuda as inconsistências da ortodoxia neoliberal, defendendo a adoção de uma macroeconomia do desenvolvimento, tendo o nacionalismo, “ainda que sem dogmatismos”, como “o princípio organizador e propulsor de políticas macroeconômicas”. Batista Jr. analisa, ainda, temas como

a independência do Banco Central e os dilemas econômicos enfrentados pelo Brasil contemporâneo.

Os últimos dois capítulos da obra – “Perfis” e “Humor econômico e outras crônicas”— constituem uma coletânea de textos anteriormente escritos pelo autor. Na seção sobre perfis, o economista apresenta inspiradores perfis de políticos, economistas, pensadores e inclusive do tenista Gustavo Kuerten. Destaques vão para Getúlio Vargas, “o maior brasileiro de todos os tempos”, Leonel Brizola, Juscelino Kubitschek e, em uma pequena homenagem às “lembranças de um outro Brasil”, para o ex-presidente Lula. A última parte do livro cumpre a promessa de entregar “humor econômico”, especialmente quando o autor faz uma série de caracterizações, de modo satírico e inteligente, da “turma da bufunfa”, composta, em seu núcleo duro, por “banqueiros, financistas e rentistas”. Os economistas, recorda Batista Jr., são os sacerdotes do culto.

Enfim, o livro “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, ao trazer uma gama diversa de textos e relatos, tem a vantagem de poder ser lido de forma separada, como sugere Batista Jr. logo na introdução da obra. Trata-se de um conjunto diverso, profundo e oportuno, de percepções a respeito da questão nacional, do desenvolvimento e da soberania. Esse conjunto de percepções, além de ser um convite à reflexão e uma voz de esperança, é entrelaçado pela questão do nacionalismo, que, como dito, é o fio condutor de sua obra. Compartilha-se, por fim, a visão de Batista Jr. acerca da necessidade, diante da subserviência das políticas econômicas e externa do governo brasileiro, de reagir de forma rápida e fulminante, pois, somente assim, é possível esperar que o Brasil encontre, sem grande demora, “o caminho do desenvolvimento, com justiça social, democracia, independência”.

## **Referências**

BATISTA JR, Paulo Nogueira (2019). **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. São Paulo: LeYa.

CERVO, Amado (2008). **Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

ESMERALDO, Jonnas (2020). Passado, Presente e Futuro do BRICS – Nebrics entrevista Jonnas Esmeraldo (UFBA). **Nebrics**, 17 dez. Publicado em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/passado-presente-e-futuro-do-brics-nebrics-entrevista-jonnas-esmeraldo/>. Disponibilidade: 05/03/2021.

SILVA, André Luiz (2015). Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto internacional**, 37 (1): 143-184.

STUENKEL, Oliver (2018). **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar.

VÁZQUEZ, Karin Costa (2020). BRICS Multilateralism à la Carte. **Global Policy**, 11 mar. 2020. Publicado em: <https://www.globalpolicyjournal.com/blog/11/03/2020/brics-multilateralism-la-carte>. Disponibilidade: 05/03/2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2007). A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, 29 (2): 273-335.